

# A força do cooperativismo

Juliana Wilke<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Jornalista, contrato Epagri/BM Serviços Especializados Ltda., C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 239-5503, e-mail: wilke@epagri.ret-sc.br.





Ao longo da história da humanidade, a ação cooperativista pôde ser vislumbrada nas mais diversas experiências comunitárias, ocorridas em tempo e espaço distintos. Sob a égide comunitária, em que a propriedade dos meios de produção é coletiva, podem ser vistas como modalidades a República Jesuíta dos Guaranis, no Paraguai, ou os sistemas do capulli e de altpetlalli, dos aztecas.

Cooperativismo é o instrumento pelo qual a sociedade se organiza por meio de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia. No Brasil, a primeira forma de organização baseada na sociedade cooperativista deu-se por volta de 1600, com a fundação dos primeiros redutos dos jesuítas. De modo formal, situa-se a origem do cooperativismo na Inglaterra, em 1844, no Toad Lane (Beco do Sapo), na pequena cidade de Rochdale, pelas mãos de 28 tecelões que criaram uma pequena cooperativa de consumo.

A primeira cooperativa em moldes rochdaleanos no Brasil foi criada em 1847, sob a liderança do médico francês Jean Maurice Faivre, à frente de um grupo de colonos europeus, inspirados nos ideais humanistas de Charles Fourier, dando vez à fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná. Essa organização serviu de referencial aos novos empreendimentos coletivos.



No setor agropecuário, Minas Gerais despontou como berço da organização cooperativista, quando o governador João Pinheiro estabeleceu o seu programa agrícola, priorizando a constituição de cooperativas, como meio de se reduzir a intermediação nas transações comerciais, concentradas, à época, em mãos de estrangeiros.

Em território catarinense, foram os imigrantes italianos estabelecidos em terras do Médio Vale do Itajaí, em Rio dos Cedros, então distrito de Blumenau, que em 1889 formaram uma sociedade de natureza cooperativa para facilitar a comercialização do fumo que produziam. Surgiu, então, a “Societá Del Tabaco”, que já na época exportava fumo para a Itália e para a Alemanha. A primeira cooperativa que se dedicou à comercialização de produtos agrícolas, além do fumo, foi a Cooperativa Prima do Rio Maior – Cooperprima – em Urussanga, que trabalhava com milho, feijão, mandioca e suínos, ficando conhecida na região pela banha de porco que comercializava. Porém, foi só a partir da década de 60, que o cooperativismo em Santa Catarina se expandiu.

### Cooperativas catarinenses movimentam R\$6,4 bilhões em 2004

Calcado na solidariedade humana, onde o trabalho coletivo visa a supremacia do bem-estar da coletividade sobre o individualismo, o cooperativismo perdura com sucesso até os dias de hoje. Em Santa Catarina, tem fundamental importância econômica e social. Em 2003, o setor respondeu por 9,8% do Produto Interno Bruto (PIB) catarinense e gerou R\$ 248 milhões em impostos. Em dez anos (1994 a 2003), o faturamento das cooperativas cresceu 448% e, em 2004, estimam-se R\$ 6,4 bilhões.

Estes e outros números constam em um documento interno da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – Ocesc –, intitulado “Números do Cooperativismo de Santa Catarina”, que é um verdadeiro compêndio de indicadores. O documento dá

detalhes do perfil do setor, ano a ano, desde 1993, e serve para orientar os dirigentes na representação do sistema.

A Ocesc reúne 307 cooperativas que, no conjunto, representam 530 mil cooperados e empregam 17.800 colaboradores. As cooperativas agropecuárias respondem por 30% do PIB agrícola catarinense e pela metade da arrecadação de impostos recolhidos aos cofres públicos pelo sistema cooperativista, que participou com R\$ 4 bilhões dos R\$ 5,21 bilhões gerados em 2003 e, em 2004, o crescimento previsto é de 20% (Figura 1). O presidente da Ocesc, Neivor Canton, afirma que o setor está aquecido em função do aumento das exportações de aves e suínos e dos preços dos grãos, principalmente da soja. O segmento tem forte atividade na suinocultura, na avicultura, nos grãos, no leite e na citricultura.

## As cooperativas agropecuárias respondem por 30% do PIB agrícola catarinense

O diretor superintendente da Ocesc, Geci Pungan, diz que a partir de 1999 o setor apresentou seu crescimento mais forte. Nos últimos cinco anos (1999 a 2004), a expansão na receita foi de 167%, o que dá início ao processo de modernização e de automatização dos processos

industriais, visando à redução de custos e à sobrevivência num mercado que se tornava cada vez mais competitivo.

Em 1999 foi lançado em nível nacional o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – Recoop –, que possibilitou o alongamento das dívidas, a revisão dos encargos financeiros e os novos recursos para investimento. Santa Catarina absorveu R\$ 350 milhões do Recoop para alongamento de dívidas. Para recursos novos, captou outros R\$ 100 milhões. No total, 23 cooperativas foram beneficiadas, o que contribuiu para o crescimento do período e para a profissionalização da gestão, iniciada em 1999, que passou a ser obrigatória, sob a ameaça da inviabilidade econômico-financeira das cooperativas. Neste mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP –, que promoveu a reciclagem do corpo funcional das cooperativas mediante treinamento e cursos que abrangem desde as atividades mais simples, como as de auxiliar de escritório, até mestrados. “Os cursos envolveram todos os profissionais do quadro diretivo e principalmente os ligados aos conselhos de administração e fiscal das cooperativas”, conta Pungan.

Em 2002 o setor foi beneficiado com outro programa, o Prodecoop, voltado à capitalização e aos investimentos em atividades prioritariamente direcionadas à exportação. Os recursos do Prodecoop estão previstos no Plano de Safra anual do Governo Federal. A dotação orçamentária em 2003/2004 para o

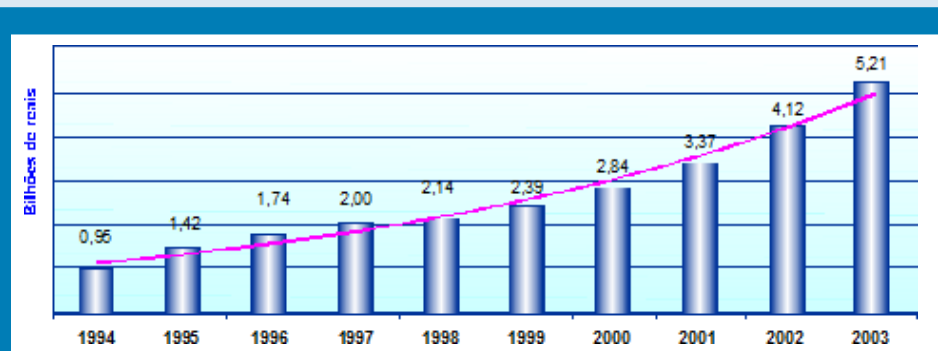


Figura 1. Faturamento bruto do setor Cooperativo Catarinense, no período 1994/2003



Plano de Safra do Brasil foi de R\$ 450 milhões, e a demanda catarinense foi de R\$ 100 milhões.

## Setor quer que Governo Federal reconheça Ato Cooperativo

O maior pleito do setor atualmente é o reconhecimento do Ato Cooperativo nas atividades de todos os segmentos do cooperativismo. Neivor Canton explica que nem todos os segmentos do cooperativismo são contemplados com o ato cooperativo. Hoje há o reconhecimento do ato cooperativo apenas para os segmentos agropecuários e de infra-estrutura. Os demais segmentos, como o de crédito, de saúde, de trabalho, de consumo e de habitação têm tratamento tributário de empresas privadas.

Com o setor saneado e organizado, Canton espera ter mais respaldo junto ao governo federal para regularizar a questão. A diferença basicamente está na cobrança de PIS e Cofins, dos quais as agropecuárias são isentas. Em 1999, por meio de uma Medida Provisória, o governo passou a cobrar PIS e Cofins de todas as cooperativas que até então estavam isentas por força de uma Lei Complementar. “Questionamos como pode uma MP ter força maior que uma lei complementar”, diz Pungan. No final de 2002, o Congresso Nacional aprovou nova medida para retornar a Lei Complementar. “No entanto, dia 31 de dezembro de 2002, no apagar das luzes do governo de Fernando Henrique Cardoso, a lei foi vetada”, conta. O diretor afirma que o governo Lula, após inúmeras negociações, redefiniu novo tratamento, porém restrito aos ramos agropecuários e de infra-estrutura.

Mário Lanznaster, da Cooperalfa, lembra que na promulgação da atual Constituição da República, em 1988, falava-se que em no máximo dois anos o Ato Cooperativo estaria regulamentado, mas o que se vê é que a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (que regulamenta o cooperativismo), antiquada para o atual momento, continua em vigor, tolhendo particularidades e potencialidades



*Dia de campo: um bom recurso para divulgação de novas tecnologias entre os cooperados*

que o Ato Cooperativo proporcionaria ao sistema.

## Ocesc implanta sistema de autogestão das cooperativas

“As cooperativas têm que ser viáveis e preencher requisitos fundamentais, como profissionalização, monitoramento, organização do quadro social, intercooperação e educação”, diz o presidente Neivor Canton. O plano da Ocesc é de que até 2008 todas as cooperativas estejam autogestionadas.

Ao comentar essa política de ação, o presidente afirma que procura “manter intocáveis a respeitabilidade e o prestígio do sistema”. O acompanhamento das atividades das cooperativas é realizado por meio de serviço de auditoria contratada. Os relatórios gerados são entregues à Ocesc e ao Sescop/SC, os quais, após análise interna, são encaminhados à direção das respectivas cooperativas, sempre destacando as falhas e as deficiências encontradas, com orientações e recomendações para solução.

## Ramo de crédito quadruplica volume de operações

Nos últimos oito anos, as cooperativas de crédito no País quadruplicaram o volume de operações de crédito. Mas, apesar do crescimento relevante,

movimentam hoje pouco mais de 2,1% das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional. Em países com tradição cooperativista, como na Alemanha, por exemplo, as cooperativas de crédito respondem por 20% de todo o movimento financeiro-bancário. Na Holanda, elas atendem à quase totalidade das demandas financeiras rurais.

O presidente do Sistema de Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina – Sicoob Central/SC –, Rui Schneider da Silva, afirma que há um campo enorme para facilitar o acesso ao crédito no País. “Para isso os governos federal e estadual precisam apoiar mais o cooperativismo de crédito.”

Em Santa Catarina, as operações de crédito das cooperativas do Sicoob/SC, em 2003, em comparação com o ano anterior, tiveram um acréscimo de 50,8% e uma rentabilidade líquida de 23,7%. Em 2004, até setembro, as cooperativas haviam emprestado R\$ 307 milhões aos seus associados.

As cooperativas de crédito de Santa Catarina compõem-se, em sua maioria, de produtores rurais familiares, servidores públicos das três esferas de governo, profissionais liberais e pequenos empresários que, unidos em suas cooperativas, formam a Sicoob Central/SC.

As 44 cooperativas integradas ao Sicoob/SC possuem 810 colaboradores e atendem a mais de 110 mil cidadãos cooperados ativos em suas necessidades de crédito e serviços bancários, como conta-cor-▶

rente, captação remunerada, cartão de crédito, cheque especial, poupança, seguros e recebimentos diversos, estando presente em 145 municípios catarinenses, representando 50,2% da área estadual.

Além de concederem empréstimos e financiamentos em geral, atuam fortemente no financiamento das atividades agropecuárias de produção e comercialização dos agricultores catarinenses. Rui Schneider da Silva elenca uma série de reivindicações do setor para democratizar o acesso ao crédito. Segundo ele, o Governo Federal deveria regulamentar o artigo 146 da Constituição, que trata do Ato Cooperativo; intervir em tempo hábil para que seja renovada pelo Tesouro Nacional a equalização das taxas em financiamentos rurais; abrir linha de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger –, para atender também aos trabalhadores urbanos; acesso direto aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Em nível estadual, Schneider quer a participação financeira do Fundo de Aval Rural Estadual para o Fundo de Aval do Sicoob/SC, a fim de amparar e alavancar as operações de crédito. Pede também a implementação do repasse dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural, por meio das cooperativas de crédito catarinense, e quer que os servidores públicos possam receber suas folhas de pagamento pelo sistema cooperativista.

O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, diz que o cooperativismo de crédito está sendo apoiado de maneira firme e determinada pelo atual governo. Segundo ele, muitas barreiras já foram superadas e novas estão sendo vencidas. “Hoje temos um cooperativismo de crédito com credibilidade e servindo aos mais diversos setores da sociedade brasileira”, comenta o ministro.

Rodrigues reconhece que o cooperativismo de crédito é um fator determinante para a redução dos custos de crédito no País, mas não abre mão de critérios rigorosos que garantam a credibilidade, a eficiência, a sustentabilidade e o funcionamento com responsabilidade social das cooperativas.

## **Epagri estimula organização de pequenos produtores em cooperativas**

Ao participar da criação de diversas cooperativas e colaborar com projetos com as já existentes, a Epagri tornou-se uma importante parceira do Sistema Cooperativista Catarinense, principalmente dos ramos agropecuários, porque representa o foco maior de atuação da Empresa e o de crédito. A Epagri entende que as cooperativas de crédito pertencem a um segmento considerado básico ou estratégico, “não só para o suporte aos demais ramos como também para o apoio técnico-financeiro das atividades produtivas”, diz o coordenador do Projeto de Agregação de Valor da Epagri, Frederico Büchele.

O presidente da Epagri, Athos de Almeida Lopes, afirma que a agricultura familiar e a pequena propriedade, que caracterizam o Estado, imprimem a necessidade do associativismo. “Por isso procuramos orientar nossos técnicos para que estimulem os agricultores a se organizarem em cooperativas”. Segundo Athos, a forma mais adequada para o produtor comercializar e viabilizar sua atividade é o cooperativismo.

Há 50 anos na então Acaresc (hoje Epagri), os trabalhos sempre estiveram voltados para o associativismo. “A resposta foi e, temos certeza, continuará sendo positiva por parte dos agricultores catarinenses”, comenta o diretor de Comunicação e Marketing da Epagri, Anselmo Benvindo Cadorin. Segundo ele, o retorno pode ser medido pela assistência prestada a grandes complexos agroindustriais cooperativos espalhados por Santa Catarina, “que acabaram por imputar significativo desempenho ao setor primário, de forma a colocar o Estado na posição de sexto maior produtor de alimentos do Brasil”, diz Cadorin.

Entre as ações de cooperativas apoiadas pela Epagri, destaca-se a da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí – Cravil –, de Rio do Sul, que desenvolve o “Projeto

de Formação do Jovem Rural Cooperativista”. A Cravil, junto com a Epagri, Secretarias de Desenvolvimento Regionais e a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul – Eafrs –, preparam o jovem rural para que ele assuma seu caminho na agricultura, evitando, assim, o êxodo. “Este projeto complementa o da Epagri que, por meio da extensão rural, estimula o jovem a permanecer e a trabalhar no campo”, salienta Athos. A Epagri disponibiliza instrutores, infra-estrutura e treinamento para a execução das etapas do projeto e participa de sua avaliação.

O presidente da Epagri afirma que outras iniciativas similares envolvendo cooperativas são apoiadas pela Epagri. Em Governador Celso Ramos, a Empresa presta assistência técnica, oferecendo cursos nas áreas de custo de produção, higiene e sanitização à Cooperativa de Mulheres Produtoras de Alimentos Oriundos da Maricultura – Cooalimar –, que comercializa produtos originados da maricultura e da pesca. Foi graças à parceria com a Epagri, por exemplo, que a Cooalimar obteve o Serviço de Inspeção Estadual – SIE. Com isso, habilitou-se a produzir e a comercializar para todo o Estado de Santa Catarina.

Em Campos Novos, a Epagri reuniu no Centro de Treinamento (Epagri/Cetrecampos) 115 produtores interessados na produção do frango caipira, em novembro de 2003. Eles avaliaram que o melhor sistema para solucionar os problemas comuns dos pequenos produtores seria a formação de uma cooperativa regional para trabalhar com todos os produtos da agricultura familiar da região.

Com o apoio da Epagri e Secretarias Municipais da Agricultura de Campos Novos e Celso Ramos, o sonho tornou-se realidade no dia 30 de julho de 2004 com a constituição da Cooperativa de Produção Agropecuária Familiar do Planalto Sul Catarinense – Coplasc –, que terá sua linha de produtos com a marca “Frutos da Terra”. Os dois setores a serem trabalhados inicialmente são a avicultura familiar e a apicultura.

# “Cooperativismo é prioridade”, diz ministro

Em entrevista exclusiva para a revista **Agropecuária Catarinense – RAC**, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, afirmou que o Governo Federal deu prioridade ao fomento do cooperativismo no Brasil. Rodrigues é oriundo do setor e ocupou altos cargos em entidades representativas nacionais e internacionais. A seguir, os principais projetos e opinião de Rodrigues a respeito do cooperativismo brasileiro.

**RAC** – Que políticas o atual governo adotou para incentivar o cooperativismo brasileiro?

**Roberto Rodrigues** – O cooperativismo é uma das prioridades do atual governo. Aliás, o próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já disse que o cooperativismo é uma importante alavanca para o desenvolvimento mais equilibrado do Brasil. Por isso, o governo está trabalhando para fortalecê-lo. Neste sentido, foi instituído em julho deste ano, o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI –, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem o objetivo de implementar o Plano Brasil Cooperativo.

O Plano Brasil Cooperativo foi criado por decreto assinado pelo presidente Lula, por ocasião da comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo, ocorrida em 6 de julho de 2004, na Casa do Cooperativismo, na sede da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Aliás, essa foi a primeira vez na história que um presidente da República visitou a sede da representação do cooperativismo brasileiro. Foi nessa oportunidade que o presidente Lula manifestou sua crença no movimento cooperativista como o melhor processo de economia social, capaz de transformar as situações de desigualdades e injustiças existentes no País.

**RAC** – Na prática, como funciona o Plano Brasil Cooperativo?

**RR** – O Plano Brasil Cooperativo é resultado de um esforço iniciado em 2003, quando um outro grupo de trabalho interministerial atuou com o objetivo



*Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

de levantar as principais ações necessárias, no âmbito do Governo Federal, para o desenvolvimento do cooperativismo. O trabalho deste grupo está consolidado em um relatório final que contém diversas propostas de programas, em torno de 20 proposições, que deverão ser implementadas por diversos órgãos federais. As principais propostas dizem respeito à criação de modelo para capitalização do cooperativismo, uma proposta especial para o cooperativismo do Norte e do Nordeste, passando pela solução de diversas questões legais, tais como o Ato Cooperativo e a legislação para o cooperativismo de trabalho, indo até questões pontuais referentes a ramos e temas específicos (cooperativismo de habitação, de crédito, de eletrificação, apoio à exportação por cooperativas, o atendimento a pequenas cooperativas, entre outras).

**RAC** – O setor pede o reconhecimento do Ato Cooperativo nos seus mais diversos ramos de atuação e a modernização da lei cooperativa. O governo tem alguma medida para atender à reivindicação?

**RR** – O Ato Cooperativo já está reconhecido, de forma regulamentar, para as atividades agropecuárias e de infra-estrutura. Para os demais ramos, há um esforço muito grande, que está sendo conduzido pelo Denacoop, Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), GTI do cooperativismo e Frente Parlamentar do Cooperativismo. A solução vai depender da discussão de questões que, às vezes, não são muito fáceis. Afinal, as atividades desenvolvidas por alguns desses ramos interagem com vários órgãos públicos, e

os limites dessas ações ainda não foram bem compreendidos. Espero, no entanto, que em breve essas dificuldades sejam superadas. Quanto à nova Lei do Cooperativismo, posso dizer que desde 1988 tramitam no Congresso Nacional vários projetos de lei. Assim, como a questão do Ato Cooperativo, tenho certeza de que teremos, em breve, uma posição final de consenso, que terá o aval do legislativo brasileiro.

**RAC** – Além do Prodecoop, implantado no governo passado, foi lançado algum novo programa voltado a investimentos?

**RR** – Além de atender às necessidades de investimentos das cooperativas do setor agropecuário, o Prodecoop também deverá servir para balizarmos as propostas de investimentos em outros ramos do cooperativismo, contemplando áreas como as de produção e distribuição de energia elétrica, construção de moradias e outras atividades que resultem na dinamização do processo de geração de emprego e renda.

**RAC** – Como evitar que uma cooperativa, na medida em que cresce, se torne cada vez mais distante do cooperado, sem sua participação efetiva nas decisões maiores?

**RR** – Não existe fórmula mágica. O que há é o princípio universal e democrático da participação e da transparência. Pequena, média ou grande cooperativa, não importa o tamanho, todas são controláveis, administráveis e com possibilidade de ótimos resultados. O Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras está aí para isso. Ele resolve qualquer problema de gestão e de controle, se compreendido e bem aplicado. Desde a época em que sugeri a sua formulação, no final da década de 80, quando ainda presidia a OCB, até hoje este programa vem sendo bem aperfeiçoado. É um instrumento extraordinário de condução, controle e acompanhamento da vida das cooperativas, tanto para os associados quanto para os dirigentes e órgãos de representação. Por certo, mil vezes melhor que a ingerência governamental que ocorria antes de 1988.



# Os tempos mudaram

Reportagem de Eonir Teresinha Malgaresi<sup>1</sup>  
Fotos de Nilson Teixeira

## **E a agricultura também. Hoje o produtor sabe que investir em conhecimento é o caminho que mantém as famílias no campo.**

No final da década de 80, profissionalização era uma palavra que mal se ouvia falar no campo. Época em que conhecimento se passava de pai para filho ou se adquiria nas visitas dos técnicos ou participando de uma reunião aqui e outra lá. Fazer um curso completo de administração rural, pecuária leiteira, processamento de alimentos e tantos outros assuntos ligados ao dia-a-dia na agricultura era, no mínimo, estranho para quem não está

acostumado a ficar alguns dias fora da propriedade aprendendo. É isso mesmo. Aprendendo a lidar melhor com a terra, com as plantas, com os animais, com os alimentos, com a saúde e com a natureza.

Em pouco tempo, a resistência ao novo foi ficando para trás, e o agricultor passou a entender que não é só na cidade que é preciso ser profissional naquilo que se faz, mas também no campo. O ponto de partida para essa mudança se deu em 1988, com o projeto de Profissio-

nalização de Produtores e Educação da Família Rural e Pecuária de Santa Catarina, implantado pela Epagri. O projeto foi fruto de dois seminários estaduais em que participaram técnicos, produtores rurais, secretários municipais de agricultura, representantes de cooperativas, de associações de produtores, de sindicatos patronais e de trabalhadores. “Nesses seminários, foi decidido que havia a necessidade de ações mais efetivas para tornar a agricultura

<sup>1</sup>Apoio técnico em comunicação, Epagri, C.P. 502, 8034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5649, fax: (048) 239-5647, e-mail: eonir@epagri.rct-sc.br.

catarinense mais competitiva, diante dos desafios da abertura de fronteiras e de mercados, que exigiam produtividade e competitividade”, destaca o engenheiro agrônomo da Epagri, Ludgero Lengert, que é atualmente o coordenador do projeto.

Na época, uma parceria do governo catarinense com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) foi fundamental para deslançar o projeto. Aos poucos, os centros de treinamento da Epagri transformaram-se em verdadeiras escolas de ensino teórico e prático sobre os mais variados assuntos ligados à propriedade rural. Nos bancos, agricultores de mãos calejadas, jovens e mulheres acompanhavam detalhadamente as explicações dadas pelos técnicos. Depois, nas unidades didáticas, era hora de colocar em prática os ensinamentos aprendidos nas salas de aula. Já no início da década de 90, passou-se a oferecer aos produtores rurais e pescadores artesanais 34 cursos diferentes, passando pelas técnicas de produção agropecuária, industrialização e conservação de alimentos, operação de máquinas agrícolas, manejo e conservação do solo e da água, informática rural, educação ambiental e administração da propriedade.

A participação das mulheres nos cursos profissionalizantes foi um fato que chamou a atenção dos técnicos. Depois de seis anos de implantação do programa, os dados revelavam que de cada cem treinados, 27 eram agricultoras. “Isso nos surpreendeu, porque até então a busca de conhecimento no meio rural era privilégio dos homens”, lembra Ludgero. Ele diz que um dos responsáveis por essa mudança foi Ernst Lamster, consultor da GTZ, afirmando que as mulheres tinham o mesmo direito que os homens de aprender, fato comum na Europa. Ludgero tem guardado alguns depoimentos de mulheres que, após realizarem o curso, falam da importância desse momento em suas vidas. A agricultora Elise Feiber Grillo, moradora na Vargem Pequena, em Florianópolis, diz que hoje tem receita própria. O curso de profissionalização mudou a sua vida. “Já estou comercializando 300 peças de queijo por mês. Não consigo

atender à demanda e estou até comprando leite na vizinhança. Hoje não perco mais nada na propriedade, até as goiabas são transformadas em geléias”, revela Elise, contente de ter investido em si mesma. Para muitas agricultoras, a participação no curso significou bem mais que adquirir conhecimentos, representou também a oportunidade de, pela primeira vez, sair do município, conhecer outra realidade, além do convívio com outras pessoas e da troca de informações e experiências. A agricultora Marlene Márcia Strey, do município de Garuva, conta que aprendeu técnicas que mudaram a sua vida. Em poucas palavras, ela diz tudo: “Estou realizada”.

Passados 16 anos, muita coisa mudou no meio rural catarinense graças ao programa. Mais de 150 mil produtores, agricultoras e jovens rurais passaram pelos centros de treinamento, em mais de 6 mil cursos oferecidos. A participação de jovens com até 25 anos de idade chega a 40% do público atendido. Para o presidente da Epagri, Athos de Almeida Lopes, esta é a prova de que a Empresa está no caminho certo, investindo na formação e na capacitação do produtor de hoje e daquele que vai assumir a agricultura amanhã. “Só vai sobreviver no campo o agricultor que estiver profissionalizado” afirma Athos. O presidente diz ainda que “a

meta é abrir as portas da Epagri para que outras instituições também possam usufruir o conhecimento técnico/científico que há dentro da Empresa”.

Falar das contribuições do programa de profissionalização é falar do aumento da produção e da produtividade de várias culturas de importância econômica para Santa Catarina. Na cultura da bananeira, por exemplo, muitas técnicas novas foram adotadas e proporcionaram resultados econômicos extraordinários. No período entre 1992 e 2000, os técnicos da Epagri de Itajaí constataram um aumento de 25% no peso dos cachos, na produtividade dos bananais de 40%, e as perdas pós-colheita reduziram de 48% para 20% da produção.

Outro ponto forte é a melhoria na qualidade dos produtos oferecidos ao mercado. A partir dos cursos de industrialização artesanal, surgiram várias agroindústrias em todas as regiões do Estado, as quais agregaram valor aos produtos e geraram novas oportunidades de emprego no meio rural. Seria exagero então afirmar que o programa é responsável pela valorização dos produtores rurais, dos pescadores artesanais e de suas famílias? Com a palavra, os próprios produtores, a partir das histórias de vida que seguiram novos rumos graças à profissionalização.



*Panificação: um dos diversos cursos à disposição dos produtores*



## O computador como aliado

Diante da tela do computador, o produtor José Brighenti e o filho Júnior José, com 16 anos de idade, analisam o desempenho leiteiro das 48 vacas holandesas. Eles moram na comunidade Colônia Cella, a 12km da cidade de Chapecó. A média de produção chega a 23,88L/leite/vaca/dia. Muito? Bem mais que a média estadual que oscila entre 6 e 8L/leite/vaca/dia. José é um tradicional produtor de leite, daquelas pessoas que têm tudo anotado na ponta do lápis. Pelo menos era assim até 2002, quando fazia todo o controle da produção em fichas, manualmente.

A partir daí, o produtor também descobriu os benefícios e as facilidades do computador. Com a instalação de um programa específico para pecuária leiteira, dados de reprodução, número de animais no plantel e produção por lactação, por exemplo, podem ser avaliados a qualquer instante. É uma praticidade só. Pergunto como está a produção, e seu José responde analisando uma planilha recém-tirada do computador. “São os novos tempos da agricultura que exigem competência e modernidade”, afirma o produtor.

Até 1991, a produção de leite da família Brighenti não era melhor do que tantas outras propriedades catarinenses. José diz que a média era de 1.800L de leite por lactação, que é o período em que a vaca fica produzindo leite. E hoje? “Bem, hoje a média por lactação é de 7.134L”, revela o produtor, com a satisfação de quem sabe que está no caminho certo e que também tomou a decisão certa, em 1991, quando decidiu fazer um curso de gado leiteiro, no Centro de Treinamento da Epagri, em São Miguel do Oeste.

José voltou para casa animado com o que ouviu dos técnicos e com o que viu no centro de treinamento. As mudanças logo começaram a acontecer com o planejamento das pastagens, o uso correto da ração, o melhoramento genético do plantel, a seleção de animais, a melhoria do manejo e principalmente com uma melhor administração da atividade. A cada dia, os resultados foram melhorando, e os baldes, enchendo. Hoje, são ordenhados 1.150L/leite/dia, em duas ordenhas: às 6 horas da manhã e às 4 e meia da tarde. E olha que não leva muito tempo, não. Cada ordenha é feita em 1 hora e 20 minutos.

O produtor diz que a participação no curso de gado leiteiro foi o ponto-chave para a profissionalização da

atividade, transformando a propriedade em uma empresa rural. “Hoje, saber gerenciar o negócio agrícola é fundamental para se manter no campo. Cada pé de capim tem seu valor em litros de leite. A gente tem que conhecer as técnicas e saber aplicá-las”, diz ele, lembrando que a Epagri foi o ponto de referência para melhorar a produção e conseguir os bons resultados. A esposa Vânia também fez curso profissionalizante, só que de industrialização do leite. Agora, o leite que não segue o caminho para a indústria *in natura*, na casa dos Brighenti, tem outro destino certo: a mesa, na forma de iogurte e vários tipos de queijos, os quais Vânia aprendeu a fazer muito bem.

## Doce lucro

Ainda é noite quando a família Techio sai de casa. Quando o dia começa a clarear, o produtor Ari e a filha Aline já estão organizando a banca para vender pães, biscoitos, bolachas, bolos e vários tipos de massas caseiras. Tudo feito pelas mãos habilidosas de sua esposa, dona Salete. A Feira Municipal de Produtos Agroecológicos e Coloniais de Chapecó reúne 28 produtores e acontece toda quarta-feira à tarde e sábado pela manhã. Ari já tem fregueses fixos, que não abrem mão de saborear os produtos artesanais, saudáveis e de dar “água na boca” a qualquer um que passe diante da banca.

A história da família Techio poderia ser igual a tantas outras famílias que hoje vivem na periferia das cidades, enfrentando todo tipo de dificuldade para sobreviver. Poderia ser, se não fosse a idéia de dona Salete em participar de um curso profissionalizante de panificação, no Centro de Treinamento da Epagri em Chapecó. Ela fez as duas etapas do curso, conheceu os segredos e as técnicas da produção dos mais variados tipos de doces e salgados. Daí, para montar uma panificadora, foi um pulo. Para instalar a infra-estrutura necessária e começar o negócio, Ari vendeu um pedaço de terra. “Não queria começar com dívida”, diz ele.

A família comprou um carro para fazer o transporte e hoje, além da feira no centro de Chapecó, eles



Computador: ferramenta indispensável na pecuária moderna



*Dia de feira: muito trabalho e bons lucros para o agricultor*

entregam os produtos diretamente aos consumidores em vários pontos da cidade. São 21 receitas diferentes feitas na panificadora. A maioria delas, dona Salete aprendeu no curso. A variedade é um ponto importante neste ramo de negócio, mas não é o principal. “O que mais conta é a higiene em todas as etapas de produção. É assim que garantimos a qualidade de nossos produtos, por isso todo trabalho é feito pela família”, revela dona Salete. Outra preocupação é resgatar receitas típicas da região que são aquelas mais procuradas pelos consumidores.

A quantidade de produtos vendidos em cada feira é uma prova do sucesso do negócio. Em cada manhã, Ari vende em média 100 bandejas de bolachas, 90 pães, 60 pacotes de 500g de macarrão caseiro, 5kg de massa para pastel, 140 pacotes de biscoitos salgados. Parece bastante, mas quando chega às 9 horas da manhã, muitas vezes não há mais uma bandeja de bolacha na banca, para alegria de toda a família, que não quer mais nem pensar na possibilidade de sair do campo.

### **Tradição mantida em família**

O sobrenome já diz tudo: família italiana, daquelas que preservam os hábitos trazidos pelos imigrantes. Não é de estranhar então que os Trintenaglia, da comunidade Linha Bonito, no município de Planalto

Alegre, apostassem na produção de queijos. Hoje, seu Severino e dona Inês, junto com os filhos Deonir e Silvio, administram uma pequena empresa: a Queijo Colonial Trintenaglia. A especialidade são os queijos, a ricota e os iogurtes.

Todo o trabalho segue os mais rigorosos cuidados de higiene, ensinamentos que dona Inês aprendeu no curso de industrialização do leite, feito no Centro de Treinamento de Chapecó. Lá, ela ficou admirada com a grande variedade de produtos que podem ser feitos a partir do leite. “Conheci

queijos que eu nem imaginava que existissem e que valessem tanto, como o queijo da montanha”, diz dona Inês. Assim que retornou do curso, a família começou a organizar o negócio. Com a ajuda da agrônoma da Epagri, Ângela Maria Sendeski, eles fizeram um projeto para ser financiado pelo Pronaf Infra-estrutura, já que Planalto Alegre era contemplado pelo programa. Com os recursos, construíram a queijaria, uma obra de 42m<sup>2</sup>, e compraram os equipamentos.

A produção de leite fica por conta dos filhos, que também fizeram o curso profissionalizante, só que de pecuária leiteira, para aprender a administrar melhor a atividade. “No curso, aprendi a melhorar a produção, as pastagens, a sanidade e percebi que é preciso ter animais de raça, se a gente quer boa produção de leite”, relewa Deonir. Hoje, as 17 vacas Holandesas e Jersey produzem uma média de 200L/leite/dia. Toda a produção é industrializada. Os queijos, os iogurtes e a ricota são vendidos diretamente aos consumidores, na Casa Colonial instalada no centro da cidade, que reúne vários agricultores do município.

Dona Inês está feliz com o negócio. Não só ela, mas toda a família. E é saboreando um delicioso queijo com orégano e outro colonial



*Profissionalização: mais qualidade para as famílias*



que ela nos fala da satisfação de ter participado de um curso que oferece essas alternativas para as mulheres agricultoras. “Foi a melhor coisa que a Epagri criou, porque as mulheres se sentem mais valorizadas, aprendem a lidar melhor com a alimentação e quem ganha com isso é toda a família”. E quem vive nas cidades também, pela oportunidade de consumir produtos tão bons e saudáveis como aqueles produzidos pela família Trintenaglia.

## O desafio da qualidade

Já se foi o tempo em que a “marvada pinga” não agradava os paladares mais exigentes. Agora, a cachaça, bebida genuinamente brasileira, tornou-se até produto de exportação. E ela não seduz apenas aqueles que apreciam uma boa bebida, mas também aqueles que a produzem, por ser mais uma opção de negócio no campo. É assim para as famílias Breda, Lauschner e Bão, do município de Modelo, no Extremo Oeste do Estado. Há dois anos, elas montaram a indústria de derivados da cana-de-açúcar Santa Rosa, que gera trabalho e renda para oito pessoas dessas famílias. O forte da produção começa em junho e vai até setembro. A cada safra, são

produzidos em média 6 mil litros de cachaça, 3 mil quilos de açúcar mascavo, 500kg de melado e 300kg de pé-de-moleque, rapadura e puxa-puxa.

O ponto de partida para a formação da sociedade e organização da indústria foi a profissionalização. No ano de 2001, Valdir Breda e Valdecir Lauschner deixaram os serviços da propriedade de lado e passaram uma semana no Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste, participando do curso profissionalizante de derivados da cana-de-açúcar. Foi uma semana de muito trabalho e aprendizado e, por que não dizer também, de muita doçura. Lá, eles viram de perto que aquele velho engenho ou alambique, com instalações precárias e equipamentos rudimentares é coisa do passado. Hoje, para trabalhar com produtos da cana, é preciso tecnologia e, acima de tudo, higiene em todas as fases de produção. “Com o curso, aprendemos a fazer um produto de qualidade, bem elaborado e com boa apresentação, que é muito importante na hora da venda”, diz Valdir.

Ele conta que sempre gostou de lidar com açúcar e melado. Na região, as famílias têm o hábito de produzir estes produtos para

consumo. Ele lembra da época em que o engenho era tocado a bois e que o trabalho de bater o açúcar não era moleza não. Tudo era feito manualmente, na força do braço. Hoje, numa área de 108m<sup>2</sup>, está instalada a indústria, com equipamentos modernos e adequados para a fabricação dos diversos produtos. “A indústria não está pronta. Ainda, pretendemos comprar mais equipamentos e aumentar a produção”, revela Valdecir, um dos sócios.

Como todo empresário, eles também fazem planos e estabelecem metas. Na área de plantio, o projeto prevê alcançar uma área de 15ha cultivados com cana-de-açúcar. Assim, eles têm matéria-prima para a produção de até 20 mil litros de cachaça. Mercado para esse tipo de produto não falta, aliás, a tendência é crescer ainda mais. Com o Programa de Melhoria da Qualidade da Cachaça Catarinense, coordenado pelo Sistema Fiesc, por meio do Senai/SC e com o apoio da Epagri e Sebrae/SC, a velha e boa cachaça ganha nobreza e se transforma em produto de exportação. Produtores como os da indústria Santa Rosa têm motivos de sobra para comemorar, e brindar, com cachaça, é claro.

## Novos rumos no campo

Em 1996, o agricultor Dirceu Luiz Carraro, da comunidade Colônia Cella, interior de Chapecó, recebeu uma visita que o deixou pensativo. Durante alguns dias, as palavras de um casal francês que fazia estágio em uma agroindústria da região, não saíam de sua cabeça. “Eles me disseram que na França o agricultor tem o hábito de industrializar o porco na propriedade, porque assim ele ganha mais”, lembra Dirceu, que logo começou a fazer as contas e a pesquisar. Santas palavras aquelas dos franceses. Em julho de 1998, Dirceu e a esposa Soleni abriam a Agroindústria Carraro Alimentos, uma empresa familiar, que trabalha basicamente com industrialização da carne suína.

De segunda até quarta-feira, o trabalho não pára. Toda semana são abatidos de 15 a 20 animais. O carro-chefe da produção é o salame colonial e a lingüiça pura, especial para



*Cachaça de qualidade conquista mercados exigentes*

acompanhamento de churrasco. Mas, ainda são produzidos torresmo, morcela branca, banha, e uma parte da carne é vendida *in natura*. “Quinta-feira é dia de entrega dos produtos para o mercado, e a gente não pode falhar. Trabalhamos até nos feriados”, conta Dirceu. Além do casal e de três filhos, que estudam, mas dão uma “mãozinha” na produção, ainda trabalham na empresa mais três funcionários.

Os produtos são vendidos para pequenas mercearias, em feiras livres e até para grandes mercados da região. Compradores não faltam. “De vez em quando, recebemos a visita de empresários interessados em nossa produção, mas não dá para atender a todos. Isso é um sinal de que nossos produtos são de qualidade”, diz Soleni, esbanjando alegria pelo sucesso do negócio. A qualidade é perseguida em todas as etapas de produção. Foi participando de um curso profissionalizante de industrialização da carne suína, no Centro de Treinamento de Chapecó, que Dirceu viu de perto os cuidados necessários para garantir a tão falada “qualidade”, a palavra mais importante do dicionário de um empresário. “O



Retrato de prosperidade no campo

curso mudou a nossa vida. Lá, eu vi como trabalhar com tecnologia, higiene, limpeza e como preparar uma grande variedade de produtos com carne suína. O que aprendi no curso, estou aplicando aqui na propriedade”, revela o empresário rural.

A vida da família Carraro, como a de tantas outras famílias catarinenses, resume-se a antes e depois da participação em um curso

profissionalizante. Nos centros de treinamento da Epagri, elas aprenderam bem mais que tecnologias de produção. Aprenderam a gerenciar e administrar a propriedade rural como uma empresa. A satisfação estampada no rosto de cada um desses novos empresários não deixa dúvidas de que a decisão em participar de um curso profissionalizante não poderia ter sido melhor. ■



Governo do Estado de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural  
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.



Assine a revista Agropecuária Catarinense – RAC – e tenha informações precisas e seguras para o seu agronegócio.

Preço da assinatura **Um ano: R\$ 22,00** **Dois anos: R\$ 42,00** **Três anos: R\$ 60,00**

Como ser assinante da Agropecuária Catarinense?

É fácil. Basta preencher o cupom abaixo e escolher sua forma preferencial de pagamento.

- Cheque nominal à Epagri
- Depósito na conta Epagri nº 85020-9 do Banco do Brasil, Agência 3.582-3

É importante enviar, via fax, comprovante de depósito bancário à Epagri

Obs.: O código identificador solicitado pelo banco é o CPF ou CNPJ do remetente.

**Revista Agropecuária Catarinense – RAC**

Caixa Postal 502, 88034-901 Florianópolis, SC  
Fone: (048) 239-5595 e 239-5535, fax: (048) 239-5597  
E-mail: rac@epagri.rct-sc.br



Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Caixa Postal: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Atividade principal: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_



# Produção integrada de maçã (PIM)

## Mais qualidade e proteção ambiental

2 3 2004

Paulo Sergio Tagliari<sup>1</sup>

**Por meio de processo de certificação da produção e com o apoio da pesquisa científica pública, tecnologias modernas e assistência técnica constante, fruticultores no Sul do Brasil conseguem aumentar a qualidade das maçãs e a produtividade da macieira. Além de propiciar boa renda, os produtores estão conseguindo competir em mercados internacionais, trazendo divisas para o País.**

“Uma maçã ao dia mantém o médico afastado”, diz o ditado popular. Hoje os estudos científicos comprovam esta afirmação, e mais e mais consumidores no mundo todo apreciam a saborosa fruta, que também é rica em vitaminas e sais minerais e nos chamados anti-radicaís livres, ajudando a prevenir doenças do coração, diabetes, câncer, etc. Originária da Ásia Central, a

macieira recebe o nome científico de *Malus domestica*, Borkh. e pertence à família rosácea, a mesma da pereira, ameixeira, nectarineira, cerejeira, nespereira e marmeleiro.

No Brasil, a produção comercial de maçã começou no início de 1970, no Sul do País, onde há mais frio, aproveitando incentivos fiscaís e o apoio do Programa de Fruticultura de Clima Temperado – Profit –,

criado pelo Governo do Estado de Santa Catarina. No começo havia algumas dezenas ou poucas centenas de hectares, mas, transcorridos pouco mais de 30 anos, a Região Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) possui 32 mil hectares cultivados com macieira, produzindo em torno de 1 milhão de toneladas. Entretanto, não foi só a área que cresceu aceleradamente, também a produtividade aumentou,

<sup>1</sup>Eng. agr., M.Sc., Epagri, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 239-5533, fax: (48) 239-5597, e-mail: ptagliari@epagri.rct-sc.br.

passando de 12t/ha para mais de 40t/ha nos pomares que aplicaram as tecnologias disponíveis.

Até os anos 70, o Brasil importava toda a maçã consumida no País, principalmente da Argentina, destacando-se a cultivar Red Delicious. Hoje, a produção nacional supera 1 milhão de toneladas, e as cultivares Fuji, de origem japonesa, e Gala, da Nova Zelândia, são as maçãs preferidas dos brasileiros e também de outros povos. Ao invés de importar, o Brasil hoje exporta sua maçã para outros países, principalmente os da Europa. Só para se ter uma idéia, o consumo nacional é de cerca de 750 mil toneladas, e neste ano a exportação de maçã atingiu 150 mil toneladas, o que deverá representar mais de US\$ 70 milhões.

Santa Catarina lidera a produção no País, com 17 mil dos 32 mil hectares cultivados, seguida pelo Rio Grande do Sul e Paraná. A maçã catarinense é cultivada por 1.730 produtores, depois vem o Rio Grande do Sul, com 698 produtores. A produção e a comercialização da maçã no Sul do Brasil atingiram uma grande escala e envolvem milhares de pessoas, além dos próprios fruticultores e suas famílias, gerando renda e, aproximadamente, 50 mil postos de trabalho direto.

Não foi por acaso que o Brasil atingiu este patamar de excelência na produção de maçãs. Desde o início da década de 70, paralelamente aos incentivos creditícios governamentais, os intensos trabalhos de pesquisa agropecuária e de extensão rural foram importantes para a ampliação da área de produção no Sul do Brasil. A recomendação de cultivares e porta-enxertos, adaptados ao clima e ao solo desta região, aliada, entre outros, aos estudos de quebra de dormência, polinização, raleio, melhoramento genético, adubação e controle de pragas e doenças, foi fundamental para a evolução e a sedimentação deste importante setor da economia.

Além do apoio governamental, da pesquisa e da extensão rural, outras entidades também contribuíram para o crescimento da malicultura brasileira. Os convênios com as agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento,

Foto de Adilson Pereira



*Alta eficiência da malicultura catarinense*

como a Jica, do Japão, e a GTZ, da Alemanha, com consultores especializados, foram estratégicos para aprimorar e aumentar a produção de maçã. E com a criação da Associação Brasileira de Produtores de Maçã – ABPM –, os fruticultores receberam apoio e fortalecimento, pois a entidade vem lutando e obtendo êxito em muitas das principais reivindicações do setor.

### **Normas técnicas promovem a qualidade**

A crescente demanda dos consumidores em todo o mundo por alimentos de melhor qualidade, aliada à consciência ambiental, tem levado técnicos e produtores rurais a modificar e a melhorar suas técnicas de produção. Na Europa, governos, universidades, entidades de pesquisa e empresas privadas desenvolveram normas para adequar a produção às exigências dos consumidores e dos mercados. Os estudos começaram no fim dos anos 70, mas foi em 1993 que surgiu a primeira versão de documento que define o conceito de “produção integrada”, elaborado pela Organização Internacional para a Luta Biológica e Integrada – OILB –, com sede em Bruxelas, Bélgica. Neste documento, em termos gerais, a produção integrada (PI) representa um conjunto de técnicas voltadas à produção de alimentos de alta qualidade (melhor sanidade, sabor, aspecto e conservabilidade), que utiliza

práticas culturais para assegurar a manutenção dos mecanismos de regulação natural da cultura e das pragas, para garantir o uso mínimo de agroquímicos nas frutas, e que estes sejam os menos prejudiciais ao homem e ao meio ambiente.

O engenheiro agrônomo e pesquisador José Luiz Petri, da Epagri/Estação Experimental de Caçador, informa que a produção integrada de maçã (PIM) surgiu no País após discussões e trabalho conjunto entre a Embrapa, Epagri, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS –, ABPM, o Instituto Biológico de São Paulo – IB/SP – e extensionistas do setor público e privado e que o Centro Nacional de Uva e Vinho da Embrapa coordenou os trabalhos. O projeto foi possível também graças aos recursos liberados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Em 1997 foram instaladas cinco unidades de pesquisa e observação em técnicas de produção integrada em propriedades de fruticultores, sendo duas em Fraiburgo, SC, uma em São Joaquim, SC, e duas em Vacaria, RS. O acompanhamento destas unidades permitiu às entidades parceiras desenvolver e recomendar, pioneiramente no País, uma norma de PIM adequada às condições do Brasil, mas atendendo também às exigências européias. Assim, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento aprovou, em 22 de julho de 2002, a primeira Instrução Normativa nº 006 sobre a PIM. Mas com o avanço e melhorias na





Foto de Adilson Pereira

*O Brasil está incluído entre os mais importantes países produtores de maçã*

processo, o Ministério lançou em 2 de dezembro de 2003 a I.N. n.º 017, segunda versão, que aprova as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada da Maçã – NTEPI Maçã.

Um dos destaques da PIM, segundo Petri, é que ela permite o controle de pragas e doenças pelo controle biológico e monitoramento das ocorrências por estações meteorológicas, diminuindo o uso de agrotóxicos, ainda muito usados na produção convencional. Para se ter uma idéia da precisão do monitoramento, o fruticultor que possui celular pode receber mensagem da estação meteorológica em seu aparelho informando se estão ocorrendo condições de infecção de determinada doença. Se for positivo o informe, o produtor sabe que deve iniciar um tratamento fitossanitário específico. Assim, com este sistema avançado de precisão, o fruticultor só utiliza produtos quando necessário, reduzindo custos e protegendo o ambiente. Destaca-se que o sistema de produção integrada permite a rastreabilidade da fruta.

A PIM tem estimulado os fruticultores a utilizar técnicas de mínimo impacto ambiental, como a cobertura vegetal (adubos verdes) nos pomares, que antes eram capinados e deixavam o solo a descoberto, favorecendo a erosão e o seu ressecamento. Também se utilizam predadores naturais que uma vez soltos nos pomares controlam as pragas, sem

necessidade de usar agrotóxicos mais agressivos. Outro aspecto interessante exigido pelas normas é que o fruticultor mantenha um mínimo de área florestada e vegetação ao redor do pomar para abrigo de organismos benéficos. Exige-se também a capacitação dos fruticultores e responsáveis técnicos em manejo e conservação do solo e da água, bem como cuidados com a reciclagem de embalagens.

“A adesão à PIM tem sido crescente e tem nos surpreendido”, revela José Luiz Petri, “e hoje já

existem 14 mil hectares em produção integrada ou em quarentena (conversão) e a previsão é de ampliar mais ainda”. O pesquisador lembra a importante participação do Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro –, entidade que fiscaliza a qualidade dos produtos no País. O Inmetro credencia entidades privadas independentes, as certificadoras (hoje já existem quatro operando no Sul do Brasil), que fazem a fiscalização do cumprimento das normas da produção integrada nos pomares, ou seja, através de auditorias, verificam se os fruticultores estão seguindo as técnicas preconizadas pela norma, entre as quais o uso exclusivo de produtos registrados para a cultura. As auditorias são feitas por técnicos, sempre acompanhados de engenheiros agrônomos, que visitam os pomares, pelo menos duas a três vezes ao ano, em períodos estratégicos da produção: época de floração, raleio e colheita. Ao final do processo, o fruticultor que segue corretamente as normas recebe um selo de certificação, que vai distinguir sua fruta no mercado, atestando ser um produto de qualidade superior. Se algum produtor não obedecer às orientações das normas técnicas, sofrerá o risco de ser punido com a



Foto de Adilson Pereira

*A produção integrada de maçãs (PIM) está abrindo o mercado internacional para a maçã brasileira*

não-conformidade, ou seja, poderá não receber o selo PIM.

O presidente da ABPM, o engenheiro agrônomo Luiz Borges Júnior, é um dos ardentes defensores da Produção Integrada de Maçãs. Ele conta que, em março de 2003, após a colheita da cultivar Gala, o Reino Unido e a Escandinávia proibiram resíduos de agrotóxicos nas frutas, que eram permitidos até aquela data. “Frutas brasileiras exportadas para aqueles mercados tiveram problemas quando da chegada, porém, nenhum lote de maçãs da PIM sofreu restrição”, afirma Luiz Borges.

### Pequenos e médios produtores aderem à PIM

Além das grandes empresas produtoras de maçã, também existe um bom número de pequenos e médios produtores que estão se beneficiando do programa PIM. A região de São Joaquim, no Planalto Serrano Catarinense, que engloba também os municípios de Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Urubici, Urupema, Rio Rufino e parte de Lages, está com o desafio de envolver todos os 1.200 pequenos fruticultores da região. “Atualmente temos cerca de 4.608ha no programa, com 379 produtores, considerando-se os que estão oficialmente e os que entraram em

quarentena”, informa o engenheiro agrônomo e pesquisador José Itamar Boneti, gerente da Epagri/Gerência Regional de São Joaquim. Ele também confirma que a E.E. de São Joaquim tem acompanhado e apoiado o PIM desde o início de sua implantação, desenvolvendo pesquisas e trabalhos de difusão junto com os extensionistas da Epagri na região.

Os trabalhos de pesquisa igualmente têm ajudado as cooperativas e as empresas de pequenos e médios fruticultores da região. Por exemplo, a Cooperativa Agrícola de São Joaquim – Sanjo –, fundada em 1993, que possui 70 pequenos e médios fruticultores cooperados e com uma área cultivada de 950ha, sendo 850ha em

produção (35 mil toneladas de produção) e média de 13,6ha por produtor, confiou nos trabalhos da Epagri e da Embrapa e aderiu prontamente ao PIM. O presidente da Sanjo, senhor Makoto Umemiya, conta que ela foi a empresa pioneira a lançar, no mercado interno e externo, maçãs com o selo da produção integrada. “Hoje nos orgulhamos de ter 100% de nossos pomares utilizando o sistema PIM”, afirma Makoto. Outro trunfo da Cooperativa, que recolhe mensalmente R\$ 100 mil de ICMS e que possui mais de 300 empregados diretos e média de 1.400 empregados no campo, é a obtenção do Licenciamento Ambiental de todas as propriedades pertencentes aos cooperados, junto à Fundação do Meio Ambiente – Fatma. Isto significa, entre outros quesitos, respeito e proteção maior às fontes de água, além da manutenção de, pelo menos, 20% das propriedades com proteção de mata ciliar.

“No início fiquei apreensivo ao deixar de usar alguns agrotóxicos tradicionais no meu pomar”, revela o cooperado da Sanjo Paulo Yamaguchi, “mas me conscientizei que o PIM é eficiente, além do que estamos adequando nossa produção às demandas dos consumidores que exigem produtos com menor uso de agroquímicos”, completa. Alguns cooperados da Sanjo resolveram ir além da produção e fundaram, há três anos, uma pequena entidade, a Cooperativa de Produção e Manufatura de São Joaquim – SanFuji –, coordenada pelas esposas dos associados. A SanFuji▶



Foto de Adilson Pereira

A qualidade da maçã catarinense é muito apreciada pelos consumidores



Foto de Adilson Pereira

Colheita de maçãs na serra catarinense





*Packing-house da Cooperserra: 70% dos cooperados já estão na produção integrada*

comercializa hoje subprodutos da maçã como geléias, doces, sucos, etc., o mais natural possível, sem o uso de conservantes químicos e açúcar refinado.

Também com sede em São Joaquim, a Cooperativa Regional Agropecuária Serrana – Cooperserra –, teve papel fundamental no desenvolvimento da produção de maçãs. Foi através dela, criada em 1977, que os primeiros fruticultores encontraram suporte com relação ao armazenamento e à comercialização da maçã. Com uma produção inicial de 500t, a empresa começou a crescer e conquistar espaço, impulsionando a maçã catarinense para o mercado nacional e internacional e tornando-se uma das primeiras empresas a exportar a fruta. Hoje a produção total da Cooperserra é de 15 mil toneladas, sendo que 11 mil já são na produção integrada. Dos 110 fruticultores associados, 77 produtores (70%) já estão na PIM.

“A região de São Joaquim tem

um diferencial estratégico em relação a outras regiões frias do Brasil”, comenta o diretor técnico da Cooperserra e engenheiro agrônomo, Marcelo Cruz de Liz, e explica: “no período de maturação da fruta, ou seja, em pleno verão, ocorre um clima seco, com temperaturas altas durante o dia, por volta de 28 a 30°C, e baixas à noite, de 10 a 15°C. Isto provoca uma reação fisiológica no fruto que permite concentrar mais açúcares e outras substâncias importantes, como antocianinas, flavonóides, etc., que resultam num fruto de melhor sabor, melhor conservabilidade (tempo de prateleira) e maior coloração”. O técnico informa, ainda, que a maioria dos fruticultores são pequenos agricultores familiares, sendo a área média cultivada por fruticultor de 4,5ha. Marcelo também ressalta que este trabalho da produção integrada depende muito de conscientização e educação, pois envolve um esforço a mais dos técnicos e, principalmente, dos

produtores, que têm que anotar as atividades em cadernos específicos, informando o que aplicam, quando aplicam e quanto aplicam, atividades que representam, também, um aprendizado.

“Em épocas de maior umidade, época de chuva, tenho que aplicar fungicida ou inseticida mais vezes, mas não me preocupo tanto agora, pois estou usando novos produtos, menos tóxicos, o que garante mais proteção à saúde de minha família”, garante Jorge Nunes de Jesus, associado da Cooperserra, que tem 6ha produzindo no sistema PIM, na comunidade de Morro Grande, em São Joaquim. Ele calcula que o custo médio de produção atualmente está em R\$ 0,30/kg da maçã e que a expectativa de preço de venda para a safra é em torno de R\$ 0,45/kg. Estimando uma produção média de 45t/ha em pomares da PIM na região, isto dará um retorno por hectare de R\$ 0,15 x 45.000kg = R\$ 6.750,00.

O sucesso da produção integrada de maçã na Região Serrana Catarinense tem mobilizado lideranças, técnicos e agricultores. Recentemente surgiu a oportunidade de reavivar e reestruturar uma associação que estava parada, a Associação de Maçã e Pêra de Santa Catarina – Amapesc. O atual presidente da entidade, o jornalista e fruticultor Rogério Pereira, informa que está sendo preparado um informativo da Associação com tiragem inicial de 10 mil exemplares. “Além de congregar fruticultores e fortalecer nossa associação com este boletim informativo, estamos prevendo novas iniciativas, a exemplo da fundação de uma cooperativa de crédito”, conta entusiasmado Pereira.



**Fique sabendo!**

*A produtividade média do alho catarinense é de 7,6t/ha. Alguns produtores do Estado alcançam 13t/ha. Boa parte dos produtores assistidos pela Epagri chega a colher 16t/ha.*